



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA AO CAPITALISMO ATUAL E A CULTURA

PAULA KROPF¹

Resumo: O presente trabalho é fruto parcial dos estudos elaborados ao longo do doutoramento. Pretende-se apresentar algumas reflexões sobre os aspectos fundamentais que conformam o capitalismo, e como estes se apresentam, com ênfase em sua face destrutiva, na atualidade. O raciocínio aqui apresentado se concentra nos seguintes eixos: centralidade do trabalho, reestruturação produtiva e Revolução Técnico-Científica, crise estrutural do capital. Tomando como ponto de chegada a constatação do esgotamento das forças civilizatórias no capitalismo atual, encaminharemos algumas elucidações sobre as possibilidades concernentes ao campo da cultura, entendida aqui pelo viés de práticas sociais.

Palavras-chave: crise estrutural do capitalismo; cultura; modernidade.

Abstract: The current essay is a partial result of the PhD studies. It is intended to present reflections on the fundamental aspects that set up capitalism, and how these present themselves, with emphasis on their destructive face, nowadays. The reasoning presented here focuses on the following axes: centrality of work, productive restructuring and Scientific-Technical Revolution, structural capital crisis. Taking as the point of arrival the realization of the exhaustion of civilizational forces in present-day capitalism, we forward to elucidate the possibilities concerning the culture, understood here as social practices.

Keywords: structural crisis of capitalism; culture; modernity.

I. INTRODUÇÃO

Em geral todos os objetos da vida e do mundo deixaram de ter qualquer valor qualitativo próprio no capitalismo sem limites desta virada de século, mas tão só o seu valor econômico, que lhes confere vendabilidade. (KURZ, 2004, p. 126)

A instauração do tempo histórico da assim chamada modernidade significou uma reorientação total das relações dos indivíduos entre si e com a natureza, transformando profundamente o modo de produção da vida e, conseqüentemente, o planeta. A negação do passado e da herança das formas tradicionais como base, constrói um cenário pautado por uma permanente “[...] sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica”. (HARVEY, 2007, p.21)

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <paulakropf@gmail.com>

Sustentadas por uma (falsa) promessa de progresso, mas efetivamente em função das necessidades inerentes à lei do valor, de inclinação à incessante superação dos seus próprios limites², as mudanças cumprem a totalização e o aprofundamento do modo de produção capitalista em esfera global. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como tudo, passa a se orientar exclusivamente por este fim, a valorização do valor. Dentro deste quadro, o capitalismo assoma contemporaneamente – se considerarmos como marco a década de 70 em diante³, configurado em uma situação que achamos adequado referenciar adotando a compreensão de crise estrutural. Este contexto de mudanças, fragmentação e inovação produz implicações para o modo de organização da vida e das relações sociais. Tal sentido, que intercorre sobre as esferas da vida social, corresponde ao tipo de estrutura trazida com a instauração da organização moderna. Esta transforma os indivíduos, limitando o seu desenvolvimento pelo que advém como norma, valores e práticas que reorientam as relações travadas em sociedade. Dentro delas, a força de realização dos homens não se expande, mas reduz. Para estes, é destinado desempenhar a utilidade que portam para o capitalismo, assumindo o papel de serem “o ponto de intersecção entre as estruturas sistêmicas”. (KURZ, 2004, p. 113) Como elo transmissor da lógica do valor, a experiência dos sujeitos fica cindida e o cultivo da vida atrelada aos seus reais interesses passa de uma totalidade para um aspecto truncado e marcado pelo traço mercantil, inseparável da modernização.

O modo de ser da modernidade é amplamente difundido sob o signo de uma força impulsionadora para o progresso, que desenvolveria as aptidões

² Diz Marx, nos Grundrisse: “Fixado como riqueza, como forma universal da riqueza, como valor que vale como valor, o dinheiro é, portanto, o impulso permanente de continuar para além de seu limite quantitativo: processo sem fim.” MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*; tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRj, 2011. p. 210.

³ A partir dos anos 70 é que se instauram significativamente viradas no modo de funcionamento da lógica operante, decorrentes do acirramento de sua contradição interna e externa. Suas consequências coincidem com o entrave de sua razão de ser, confirmando a amplitude de sua irracionalidade. O emprego de tecnologia, sucessivamente até o limite de termos quase absolutos, no processo produtivo se reverte em crescente desemprego como norma. Além disso, o processo de valorização do valor tem seu êxito a partir da mais-valia extraída da força de trabalho, como afirmou Marx. A retirada crescente de trabalho humano da produção reduz o alcance da acumulação, exigindo respostas sistêmicas que aprofundam o teor dissolutivo que esta forma carrega.

elementares, condutoras para um estado de constante aprimoramento das condições de vida. Entretanto, a sua efetivação, ao acumular paulatinamente elementos distintos de um estado de positividade, nos levam a considerá-lo como o contrário.

Postone (2014) se aproxima de uma crítica da teoria social da própria natureza referente ao que constitui o projeto da modernidade. Este se caracteriza fundamentalmente por ser interpretado, à distinção com o seu uso mais corrente, como um projeto social que não é positivo, fundado sob a ausência de correspondência com uma tônica evolutiva. Para ele, “*A modernidade não é um estágio evolutivo para o qual evoluem todas as sociedades, mas uma forma específica de vida social originada na Europa ocidental que se desenvolveu em um complexo sistema global.*” (POSTONE, 2014, p. 18)

II. REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DA DESTRUTIVA LÓGICA CAPITALISTA

Marx nos apresenta, no capítulo 1 de *O Capital*, “A Mercadoria”, os mecanismos e as leis que regem a produção humana na sociedade burguesa. Os indivíduos, desde os primórdios, se relacionam com a natureza de forma a desenvolverem atividades que produzam meios de satisfazer as suas necessidades. Seja consumindo os recursos naturais em sua forma primária, seja transformando-os em objetos portadores de utilidade para a reprodução da vida. Para esta produção, em geral, os homens precisam cooperar uns com os outros, estabelecendo relações sociais. A este processo de descoberta das diferentes possibilidades de uso das coisas, Marx assinala a sua característica de ser um ato histórico. O advento de uma função a ser desempenhada se torna impulsionadora para o processo de produção, que é o seu valor de uso. Os homens produzem os meios de atender às suas necessidades e os consomem, diretamente, no mesmo espaço.

A partir de um determinado período da história, estes objetos passam a possuir um duplo valor. Além de cumprir a sua finalidade de atender às

demandas dos indivíduos, também são submetidos (ou submetem os homens, como posteriormente será visto) ao processo de troca.

O produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento – a qual apresenta o trabalho desprendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade 'objetiva', isto é, como seu valor – transforma o produto de trabalho em mercadoria. (MARX, 1983, p. 63)

Ao se tornar mercadoria, ou seja, ao ser submetido ao processo de troca, o produto do trabalho humano realiza operações de valorização, que compreendem dois momentos. O primeiro é a evolução da forma de equiparação das mercadorias por meio da instituição da forma dinheiro, que se constitui enquanto equivalente universal. A presença de um equivalente que vá realizar a intermediação no processo de troca, significa que o modo de aferição da medida de valor de um determinado produto se altera significativamente. Se faz necessário encontrar um parâmetro que possa regular todos os fatores constituintes e esta medida vai ser o *tempo de trabalho socialmente necessário*. Para que mercadorias diferentes possam ser trocadas, o trabalho se apresenta em duas dimensões. A primeira, o trabalho concreto, designa o caráter particular de realização da própria atividade em si; o alfaiate e o fazer dos ternos, por exemplo. Entretanto, diante das diferenças entre as características que compreendem a atividade produtiva de cada coisa, não seria possível medir por este aspecto a regulação das relações de troca. O trabalho abstrato corresponde ao empenho de energias humanas - físicas e intelectuais - como pressuposto comum presente em todas as mercadorias. Sendo assim, é por meio dele que, uma vez desconsideradas as especificidades de cada trabalho, pode se estabelecer uma medida para a troca.

O outro momento concernente à atividade dos homens empenhada para o processo produtivo, que compreende a lei imperativa desta sociedade, é a geração de valor. O movimento de valor que se valoriza é a finalidade da produção de mercadorias que se colocam em troca. Sendo assim, não é a utilidade – valor de uso - do produto o motor que justifica o modo de produção capitalista, mas o seu valor de troca. Em outras palavras, não é a satisfação

das necessidades humanas o que orienta o processo produtivo, mas a potencialidade, contida no trabalho humano, de criar valor.

Sendo o trabalho o elemento central e organizador do modo de produção capitalista em sua essência, será partindo dele, em seu caráter original, que será construída a presente leitura sobre esta forma social. Para tentar entender o seu sentido, cabe a necessária ênfase de que é preciso considerá-lo, antes de tudo, circunscrito nos marcos da sociedade capitalista, e para tal, partir de alguns pressupostos desta. *“Na crítica madura de Marx, a noção de que o trabalho constitui o mundo social e é fonte de toda a riqueza não se refere à sociedade em geral, mas exclusivamente ao capitalismo, ou à sociedade moderna.”* (POSTONE, 2014, p. 19)

A chave para a realização do processo de realização de um valor que se valoriza está no trabalho humano. Afirmar isto significa dizer que as ações dos homens estão reguladas por este imperativo, que se sobrepôs ao que era necessário para a sua experiência de vida. É a partir do trabalho, enquanto atividade dos homens (e destes em relação com as máquinas), que ocorre o processo de produção dos objetos de consumo. Se anteriormente – leia-se, em formações pré-capitalistas – as atividades humanas entre si e com a natureza buscavam a satisfação das necessidades dos indivíduos, com a lógica do capital as finalidades se modificaram radicalmente.

O caráter destrutivo desta forma sistêmica está presente e se manifesta por camadas diversas da realidade. Primeiro que tal ímpeto é acionado para que o capital se desfaça dos obstáculos que impedem seu funcionamento. Poderíamos nos concentrar na fase em que a presença dos limites que entravam sua expansão começam a ser traço estrutural, por causa da finitude do planeta, que não comporta a sua demanda⁴. Além disso, do esgotamento

⁴ Atualmente, nós já consumimos os recursos de, aproximadamente, 1,6 planeta Terra. Se considerarmos as diferenças regionais, se toda a população mundial vivesse como os alemães, consumiríamos 3,1 planetas; a mundialização efetiva sob um modo de vida como o dos Estados Unidos nos custaria 4,8. O dia da Sobrecarga da Terra é um indicativo anual de quando já consumimos todos os recursos que demandam ao planeta 12 meses para recuperar. Em 2016, no início de agosto já havíamos atingido a marca. Há o indicativo de que, a cada ano, a data seja alcançada mais cedo. Fonte: <http://www.footprintnetwork.org/our-work/earth-overshoot-day> (Último acesso: 20-02-2017). Elmar Altvater, em seu livro *O fim do capitalismo como o conhecemos*, apresenta esse dado e mais outros que consolidam a sua leitura de que

dos recursos naturais, para produzir constantemente a lógica contempla a eliminação como estratégia que dê fôlego ao valor.

A “destruição criativa”⁵ do planeta, como medida que o capital encontra para evitar a queda da taxa de lucro, é posicionada como uma contratendência. Diante da contínua renovação tecnológica, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto – feito pelas máquinas, conforma a queda da taxa de lucro como uma tendência do sistema. A destruição como resposta engloba uma necessidade de destruir em que se baseia na reconstrução para poder criar valor. Dentro de sua demanda destrutiva, se encontram as Guerras Mundiais⁶.

A crise de 29 e sua intensa recessão acionou o movimento de destruição, representando a ponte necessária para que o capitalismo pudesse recriar e fortalecer o seu processo acumulativo. Dentro deste bojo, a produção bélica, o maciço investimento em armamentos e artefatos militares ocupa considerável espaço como potencialidade lucrativa. O processo destrutivo não só extermina – natureza, indivíduos, mercadorias - para poder recriar, como produz também os meios para tal atividade. Sobre o período subsequente ao pós-Guerra, Harvey (2011) vai nos chamar a atenção para o intenso impulso de reconstrução urbana, que se dá em larga escala, e se molda a reforçar um modo de vida que requisite a produção e o consumo contínuo de novas necessidades.

É o tempo de trabalho e não outro aspecto referente ao processo produtivo a sua medida pelo fato deste ser o único momento gerador de valor. Assim ocorre através da exploração do trabalho. Tendo em vista a separação dos espaços de produção e consumo, e este último estar subjugado à relação

o sistema está em risco por limites externos a ele, e não por impulsos endógenos. O que ele chama a atenção é que estes limites externos, como denomina, vem correspondendo, sobretudo, ao colapso ecológico do planeta, em face do esgotamento dos recursos naturais. O fim dos combustíveis fósseis, por exemplo, exigiria uma reorganização do modo de vida que não permitiria mais a efetivação do capitalismo globalizado, tal como o vivenciamos hoje. Estas observações e mais outras foram apresentadas durante aula expositiva da disciplina do doutorado *Tópicos Especiais sobre a crise*, ministrada pelo professor Marildo Menegat, no segundo semestre de 2012, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social (PPGSS/ESS) – UFRJ.

⁵ “A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de ‘segunda natureza’ – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da ‘primeira natureza’, que existia antes dos seres humanos povoarem a terra.” Harvey, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁶ MENEGAT, op. cit.

mercantil, também o homem precisa receber pelo dispêndio de sua força de trabalho. Ele então vende parte do seu tempo para a execução de atividades de trabalho cujo produto final não lhe pertencerá. Ele recebe o pagamento das horas trabalhadas sob a forma dinheiro. Com o seu salário é que irá comprar as coisas necessárias para a sua reprodução. No entanto, a quantidade de horas trabalhadas não corresponde à sua remuneração. Parte destas horas é entregue ao processo produtivo, como excedente.

Com a universalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, tem-se agora igualmente a universalidade do objeto determinado como riqueza, o produto em geral, ou ainda o trabalho em geral, mas como trabalho passado, objetivado. [...] A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação de riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. (MARX, 2011, p. 57)

Sendo o trabalho primordialmente valor de troca para o indivíduo, sendo esta forma de determinação imposta pela própria lógica do capital, as particularidades de cada atividade tomada como trabalho são escamoteadas, deixadas de lado. O que se torna importante não é se está se produzindo mesas, automóveis ou batatas, mas valor. Deixam de ser relevantes os conhecimentos e as práticas específicas de cada fazer próprio, e o domínio do processo, o que também se perde. O sujeito para o capitalismo é um indivíduo que se vê expropriado de suas potencialidades criativas, com as suas atividades limitadas primordialmente pela imposição da garantia das condições para sobrevivência. Eis então que o trabalho passa a ser apenas objeto de troca, enquanto única propriedade da grande massa dos indivíduos neste sistema, por dinheiro, e não mais o domínio de uma atividade particular. Sinalizar isto é chamar a atenção para mais um traço central de como é própria

da lógica desta forma social destruir o que há de humano em nós. De diversas maneiras. Um sistema cujo modo de funcionar determina a existência de uma equivalência para mediação das relações, onde esta apaga, desconsiderando, as particularidades de cada trabalho, tornando essas características individuais indiferentes.

Se os indivíduos empenham parte de seu tempo gratuitamente ao capitalista, significa que precisariam, na verdade, de trabalhar um período menor para garantir sua reprodução. Sendo assim, Marx chama estas horas trabalhadas que não são pagas de *trabalho excedente*. E eis o mecanismo central do capital, a criação de trabalho excedente, dado que é daí, por sua vez, que o valor se valoriza, realizando então, o ciclo da lógica capitalista.

Este é um ponto central na análise teórica de Marx. Pois, é do trabalho excedente que se obtém mais-valor, ou seja, através deste ponto inicial vigora toda a extensão da lógica do capital. Ora, se um indivíduo precisa apenas de uma parte de sua jornada de trabalho para viver, e não estando em condições de escolher não realizar a parte não paga, o faz automaticamente, impositivamente. Esta se configura trabalho forçado, por ser parte indissociável da relação de troca, não havendo para o trabalhador a opção de recusá-la. Se este realiza forçadamente uma parte de sua jornada, se pode ressaltar a presença de violência no modo com as relações sociais se desenvolvem.

Marx vai nos explicar de modo detalhado este processo:

[...] se o trabalhador precisa de somente meia jornada de trabalho para viver uma jornada inteira, então só precisa trabalhar meia jornada para perpetuar sua existência como trabalhador. A segunda metade da jornada de trabalho é **trabalho forçado**, trabalho excedente.[...] O grande papel histórico do capital é o de criar esse trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de uso, da mera subsistência, e seu destino histórico está consumado tão logo, por um lado, as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente acima do necessário é necessidade universal derivada das próprias necessidades individuais; [...] Consequentemente, capital e trabalho comportam-se aqui como dinheiro e mercadoria; o primeiro é a forma universal da riqueza, a segunda é só a substância que visa o consumo imediato. Só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontra um limite no próprio capital. (MARX, 2011, p.255)

O que significa dizer que o papel histórico do capital é criar trabalho excedente? Uma sociedade que tem o centro de sua lógica pautado pela criação de valor, sendo este somente obtido através do emprego de força de trabalho no processo produtivo. A sua centralidade se encontra na produção, e no trabalho. Isto significa que a vida humana é toda organizada pelo e para o trabalho. Não custa lembrar que o capitalismo é um sistema irracional onde, a cada nova barreira encontrado em seu processo acumulativo, busca também uma forma de transpor. É uma lógica sem fim orientada para atravessar todos os limites que seu próprio funcionamento institui. Para sempre ampliar o processo do valor que se valoriza, eleva continuamente o desenvolvimento das necessidades e do trabalho excedente, até se universalizarem.

Ter o trabalho, antes de tudo, como uma obrigação, pressuposto básico para a reprodução da vida, delimita o espaço de ser da liberdade enquanto condição essencial. O que fora outrora a busca por meios de sobrevivência em relação direta com a natureza e os outros homens, se modifica completamente e desmembra esse processo em vários. Com isso, o indivíduo se vê distanciado da natureza, de suas aptidões particulares, e é inscrito em uma atividade historicamente determinada que lhe confere um mediador, para posteriormente se inserir em outra relação e comprar os produtos que atenderão a satisfação de suas necessidades.

Pois bem, com vistas ao caráter ilimitado do capital em busca de sua valorização, a necessidade de expansão da produção por meios da diminuição de seu tempo socialmente necessário se viu possível através do contínuo desenvolvimento das forças produtivas. O uso de novas tecnologias trazia para a etapa produtiva a diminuição do tempo necessário para uma maior quantidade de mercadorias produzidas.

No entanto, ao criar mecanismos e tecnologias que viabilizaram menor emprego de trabalho humano e aumento de produção, o que aparentemente poderia representar uma substituição positiva para sua lógica, o capital encontrou a sua contradição fundamental. A tendência crescente à redução da exploração da força de trabalho vivo no processo produtivo está diretamente relacionada à diminuição de sua razão de ser - a valorização do valor. O trabalho excedente é a única forma substantiva de criar valor. A redução do

emprego de trabalho humano ressoa nas etapas seguintes do circuito capitalista. O que se tem é uma crescente diminuição da parcela de trabalho humano nas mercadorias produzidas, ocorrendo então a diminuição dos lucros sob uma perspectiva de totalidade.

Mas como o sistema sempre busca avançar diante dos seus limites, o que pode servir como resposta compensatória para esse decréscimo, foi a ampliação irrestrita da produção de mercadorias que, como ressalta Jappe (2013), alcança níveis elevados com a consolidação da globalização.

Mas o sistema como um todo perde com isso, porque as tecnologias substituem o trabalho humano. O valor de cada mercadoria singular contém, assim, partes sempre menores de trabalho humano – que é, contraditoriamente, a única fonte de sobrevalor e, portanto, de lucro. O desenvolvimento da tecnologia diminui os lucros em sua totalidade. No entanto, durante um século e meio, a expansão da produção de mercadorias em escala global pôde compensar essa tendência à diminuição do valor de cada mercadoria particular. (JAPPE, 2013, p. 48-49)

Com um sistema preso à sua contradição radical, que lhe funda e lhe destrói simultaneamente, há algum tempo, o desenvolvimento das forças produtivas vem demonstrando seus traços destrutivos, ou seja, um *“limite no próprio capital”* pela eliminação cada vez maior de força de trabalho do processo produtivo. Harvey (2011), na tentativa de compreender os *“fluxos do capital”*, afirma que a sua circulação e acumulação não se dá sem que este se choque com suas barreiras, diante das quais, *“tem de achar meios para contornar ou superar as dificuldades”*. Sendo de grave extensão, se configuram como *“fonte de crises”*. (p. 105) O que acontece é que estas crises começam a se tornar mais frequentes, e o ciclo entre expansão e recessão começa a pender mais para um estágio crônico em que o capital é marcado pela sucessiva redução de seu potencial de acumulação.

As consequências da permanente presença das barreiras e suas desastrosas alternativas são observáveis sem grandes dificuldades no cenário dentro do qual vivemos, e permite caracterizar o atual estágio capitalismo como um contexto de crise estrutural. Assim, contempla um devir catastrófico. As múltiplas faces desta iminente catástrofe, que pode talvez já estar em curso, sem a necessidade de um evento pontual definidor, já são amplamente parte

do modo de funcionamento do mundo. São especialmente de duas ordens: os desastres naturais decorrentes da proximidade dos limites do planeta, a violência recorrente que extermina os grupos que impedem ou entravam o fluxo de valorização do valor do capitalismo. Para o primeiro, é constante a tentativa (falsa) de buscar alternativas para a questão ambiental. Depois de recriar uma natureza artificial sobre a primeira, ou seja, ter transformado, alterando completamente a essência do ambiente natural por meio a atuação humana, a tônica maciça das iniciativas supostamente engajadas no cuidado ao planeta se dissolve sendo nada mais do que mais uma mercadoria. Para a violência que assola a todos, mas está certamente direcionada naqueles que não podem se vender, a resposta tem sido cada vez mais violência.

Ao reduzir o emprego a força de trabalho no processo produtivo, cada vez mais pessoas se tornam sem função para o capital, logo, supérfluas. Não fica difícil imaginar que massas cada vez maiores sem trabalho fiquem a vagar nos espaços geográficos, morando nas ruas, em situação de agravante miséria. Isto gera um quadro de desemprego estrutural, novidade sob o ponto de vista histórico, onde o aumento rápido e expressivo de populações sem utilidade para esta forma social, de modo não temporário, a encaminhem para um estado em que a humanidade se torne algo a ser eliminado, excedente. Diz Jappe (2013):

[...] pela primeira vez, existem – e em todo canto – populações em excesso, supérfluas, que não servem nem mais a serem exploradas. Do ponto de vista da valorização do valor, é a humanidade que começa a ser um luxo supérfluo, um gasto a ser eliminado, um ‘excedente’ – e aqui pode-se dizer que se trata de um fator um tanto novo na história! (JAPPE, 2013, p. 61)

Essas massas, sem utilidade para o capital, recebem, como resposta da crise, um tratamento coerente com a lógica operante; sendo lixo, são exterminadas ou contidas em espaços (geográficos e sociais) que não prejudiquem a manutenção das ruínas. “*A crise não atinge em primeiro lugar os setores ‘inúteis’ do ponto de vista da vida humana, mas os setores ‘inúteis’ para a acumulação do capital. Não serão os armamentos a serem reduzidos, mas os gastos com saúde [...]*” (JAPPE, 2013, p. 62)

A sociedade que desmorona tenta se sustentar então novamente recorrendo à violência, mas, aqui, em chaves distintas. Anteriormente, a violência operava sob a regra do capital se apropriar do trabalho humano não remunerado, o trabalho excedente, e daí atingir o sobrevalor e efetivar a acumulação. A violência hoje, ao se voltar de modo veemente àqueles que sobram, está apontada para os que não tem mais como possibilidade se submeterem à condicionalidade do trabalho; são alvo da violência por não poderem sofrer a violência do trabalho, ou seja, por não lhes ser um horizonte participar, ser peça útil na valorização do valor.

Quando Menegat (2012) fala, em suas aulas, enfaticamente que nada valem se não nos colocamos em relações de troca, algumas vezes usa o exemplo de um menino com fome que chega à padaria e pede algo. Se ele não tiver dinheiro, não saciará a sua necessidade. O dinheiro é mais importante que a fome, que corresponde a mais elementar necessidade dos seres humanos – se alimentar, mas não representa valor. Um acontecimento recente não só traduz em realidade o seu exemplo, como, e aí é que se destaca do que já é parte do cotidiano, lhe acentua a narrativa. Em 26 de fevereiro de 2017, um adolescente de 13 anos morre em frente à uma grande rede de lanchonetes, na Zona Norte de São Paulo⁷. Vídeos capturados por câmeras que registram as ruas, mostram João Victor de Souza Carvalho ser perseguido por funcionários do estabelecimento. Um tempo se passa em que estão fora do plano das imagens e, após isso, reaparece, sendo abruptamente carregado, já desacordado, pelas pessoas que o perseguiram. Testemunhas relatam que o menino foi agredido. A empresa se esquiva em informações imprecisas, o laudo omite a violência sofrida e alega morte em decorrência de complicações cardíacas. O menino, pobre e sem dinheiro, que passava grande parte do dia nas ruas, pedia esfihas com frequência aos consumidores do local. Mas, segundo o seu pai, *“não causava nenhum constrangimento aos clientes, pois ficava sempre do lado externo do comércio”*.⁸ O que pode ser mais constrangedor do que a indiferença que nos acomete a conviver com situações como essas preferindo não enxergá-las? O que se pode esperar de um sistema

⁷ <http://ponte.cartacapital.com.br/jovem-morto-apos-perseguiacao-de-segurancas-do-habibs-foi-amaecado-diz-pai-da-vitima/> (Acesso em: 20/03/2017)

que mata, mata muito, aos poucos e em um só golpe, quem não tem dinheiro para comer?

Não obstante, podem ser citados inúmeros exemplos de que a exceção vem sendo a regra cotidiana há algum tempo. Para ficar no Brasil, temos o extermínio da população pobre nas periferias das grandes metrópoles. A violência não somente reprime e aniquila as massas “inúteis” que obstaculizam o fluxo do capital, como se tornou fonte relevante da criação de valor. A violência também vem se consolidando de modo acelerado como um negócio bastante lucrativo, e seus números indicam o quanto ela movimenta a economia mundial.

A enxurrada de homicídios no Brasil, manchada pela seletividade econômica, étnica e espacial, aloja-se no andamento do processo democrático. Dado o enredamento crescente da violência com os regimes democráticos, cria-se um problema nestes tempos de “ode à democracia”: a manutenção da própria democracia como um permanente *estado de exceção* sob os influxos das leis férreas da acumulação capitalista. Ocorre um espalhamento da “exceção” (incrustada na “regra”), em nome da defesa da própria “regra”, cuja reprodução, contudo, é cada vez mais envolvida pela “exceção” (e dependente dela). (BLANK; BRITO; VILLAR, 2013, p.238)

São muitas as determinações da funcionalidade da violência ao crescimento do capital, o que caberia perfeitamente um extenso desenvolvimento e detalhado do tema. No entanto, por agora, é válido registrar a absurdamente crescente elevação das taxas de homicídios (que nos colocam no patamar de sexto país com mais mortes violentas no mundo⁹), a expressiva militarização da vida social, a expansão da indústria bélica e de seus ganhos, o enorme aumento da população carcerária. Todos estes elementos e mais outros aqui não citados nos colocam em um estado real de guerra *como um acontecimento cotidiano*. Segundo Menegat (2006):

A conjuntura histórica tem apontado, não apenas no Brasil, mas como uma tendência mundial, a efetivação da guerra como um acontecimento cotidiano. Ela tem invadido a vida de milhões de indivíduos em tempos de paz aparente, destruindo não apenas seus bens materiais mas também invalidando os laços sociais, a partir de uma descontinuidade na esfera pública em que as classes estabeleciam pactos de regulação de distribuição da riqueza

⁹ *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. Organizadores: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2013, pag. 215.

produzida. As formas de violência, que vão irrompendo o estado civil, apontam para diferentes elos que não podem ser isolados. Desde a ação da polícia nos bairros populares da cidade, que invariavelmente resultam em mortes de jovens negros desempregados – sempre acusados de envolvimento com essa entidade mítica chamada “tráfico” –, até os casos de crime financeiro de grandes empresas, passando pelos desmontes do Estado, todos esses elementos estão presentes na efetivação da guerra que inviabiliza a democracia e sua radicalização. (MENEGAT, 2006, p.110-111)

Como forma de se manter vivo e se dissolvendo, a saída tem se acentuado progressivamente por meio do capital fictício. Segundo Jappe (2013), o crédito, *“que é um lucro consumido antes de ter sido realizado, pode adiar o momento em que o capitalismo vai atingir seus limites sistêmicos, mas não abolir esse limite.”* (JAPPE, 2013, p. 51) Dentro deste processo, o dinheiro adotaria a (falsa) aparência de um poder de crescimento autônomo, como se o trabalho realizado dentro da esfera da produção fosse desnecessário para tal. Assim, o impulso adiante da acumulação de capital se dá por meio do capital fictício, através de operações financeiras unicamente especulativas.

Jappe (2013) vai chamar esse fenômeno de *‘virtualização’ do mundo* (p.52) – que atinge a totalidade da vida social; da esfera econômica, para as relações individuais, a subjetividade, a comunicação e a vida como um todo. A necessidade do capitalismo centrada na crescente produção de mercadorias, à medida que esta representa a criação de valor, se constitui intrinsecamente por contradições. Além de sua autocontradição fundante, já citada anteriormente, o respectivo modo de produção se encontra diretamente em colisão com os limites materiais do planeta; o que se traduz em destruição. Deste processo irracional de busca pela acumulação de valor e destruição, tal lógica investe na criação de uma simulação do real.

Todos estes elementos, nos permitem reforçar a percepção de que o estado atual do capitalismo não pode mais ser tomado como algo passageiro e pertinente ao seu processo cíclico de acumulação, de onde em breve seguiríamos para um período de expansão. *“a crise não é uma interrupção temporária que vem perturbar o funcionamento <<normal>> do capitalismo. A crise constitui antes a verdade do capitalismo.”* (JAPPE, 2006, p. 134)

III. CONCLUSÃO

Deste modo, neste estágio onde a humanidade talvez sem imaginar conseguiu chegar, mensurar ou extrair observações pertinentes sobre quais contornos delineiam as práticas culturais e sua efetividade na e diante da vida social, se torna um duro desafio. A complexidade da dialética que coloca cultura como cultivo¹⁰ junto com o desenvolvimento violento das formas sociais é a mesma que “*não pode separar ‘avanço’ de destruição, nem ‘progresso’ de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas*”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 73)

Diferente da contemporaneidade, nas sociedades antigas, a existência não se estava organizada em fragmentos que correspondessem a funcionalidades desvinculadas. Distantes da lógica da mercadoria, as relações não eram permeadas tendo o consumo e a troca mediada por dinheiro como razões primeiras. O sentido de cultivo portava substancialidade quando o predomínio das sociedades agrárias organizava todo o modo de vida e a elaboração de seus signos. As cisões operadas pelo crescente domínio da forma capitalista transformam este cenário e impacta a relação dos indivíduos com o cultural. “*As sociedades antigas, predominantemente agrárias, não tinham uma cultura, mas elas eram uma cultura.*” (KURZ, 2004, p. 113)

A produção, enquanto orientada para a geração de valor, ao produzir os objetos de consumo, produz a necessidade destes. É neste sentido que Marx vai falar sobre a necessidade da necessidade dos objetos de consumo; assim, a produção ao criar o produto, cria também o consumidor.

¹⁰ Utilizamos aqui a contribuição do pensamento de Raymond Williams, centrada na cultura e suas dimensões nas relações sociais no capitalismo. Se destacou entre os grandes nomes dos Estudos Culturais britânicos, integrante da Nova Esquerda. Elaborou o conceito de materialismo cultural. Sua compreensão de cultura e literatura são anguladas pelo viés de práticas sociais, produtoras e produto da realidade. Cultura, então, “*antes dessas transições [da sociedade moderna], era o crescimento e cuidado de colheitas e animais, e, por extensão, o crescimento e cuidado das faculdades humanas*”. (WILLIAMS, 1979, p.18) Pensar a possível atualidade da cultura, compreendida enquanto cultivo das potencialidades humanas, dada a atual lógica sistêmica, foi o objetivo da tese de doutoramento centrada na seguinte pergunta: seria ainda a dimensão cultural um elemento anti-barbárie frente ao caráter regressivo do estágio atual do capitalismo? (*Tópicos sobre cultura e destruição na periferia do capitalismo*. Tese de doutorado apresentada ao (PPGSS/ESS) – UFRJ, em abril de 2017.)

Sem necessidade, nenhuma produção. Mas o consumo reproduz a necessidade. [...] Ela [a produção] também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. [...] Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. [...] O objeto de arte – como qualquer outro produto – cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. (MARX, 2011, p. 47)

Que sujeito é esse? Marx nos diz que é preciso justificar a produção. Isso soaria redundante se a mesma estivesse orientada para a satisfação das reais necessidades dos indivíduos. Estando orientado para criação de valor, e esta finalidade sendo alcançada a partir da produção, ou melhor, a partir do empenho de força de trabalho no processo produtivo, a lógica encaminha as relações sociais para uma desenfreada produção de coisas, pelo simples produzir. Mas, Marx diz: “sem necessidade, nenhuma produção”. Assim, ao serem criadas novas necessidades de consumo, novos sujeitos também despontam, cujos desejos e potências substantivas adormecidos estão, sobrepujados pelas determinações impostas pela mercadoria.

Como se fosse colocado em confronto o estágio atual – da forma mercadoria – e o que outrora fora uma potencialidade da cultura, espaços de resistência, essa disputa adquire contornos de tonalidades mais intensas a todo o momento. A cada nova cena cotidiana, o caminhar do capitalismo se apresenta por trajetos mais sombrios do que anteriormente imagináveis, e sugere que o anúncio do seu fim porventura chegará com toques de horror e desumanidade desconhecidos até então. Jappe anuncia:

No final da sua trajetória histórica, o pior mal que o capitalismo faz aos homens já não é a exploração. É sobretudo a **expulsão**. [...] O estágio final do capitalismo caracteriza-se, pelo contrário, pela ausência de pessoas que valha a pena explorar. (JAPPE, 2006, p. 155)

Quando trabalhar é uma violência, a interrupção da possibilidade de exploração, ao não se realizar por vias da emancipação humana, constitui uma

agressão desmedidamente mais acentuada e cujos efeitos talvez estejamos só começando a sentir.

Deste modo, a atualidade da teoria marxista consiste em sua interpretação a partir de uma crítica dos fundamentos da sociedade do capital. Entretanto, a leitura consubstanciada pela ótica do fetiche da mercadoria aponta que a lógica do valor, ao conter em si uma autocontradição fundante, à medida que mais avança, tanto mais se encaminha para a sua dissolução por si mesma. A disputa pelas poucas fontes de 'valor' impinge as energias humanas às últimas consequências, enquanto os passos largos da barbárie alcançam o seu destino.

A sociedade mercantil vai-se decompondo: por um lado, temos umas quantas ilhotas de bem-estar (muito relativo), rodeadas de arame farpado; do outro lado, está o resto do mundo afundando-se em diversos graus em guerras de bandos pela disputa do pouco que ainda possa ter 'valor'. (JAPPE, 2006, p. 264)

IV. REFERÊNCIAS

BLANK, J; BRITO, F.; VILLAR, A. Será guerra? In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

JAPPE, Anselm. **As Aventuras da Mercadoria** – para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

_____. O gato, o rato, a cultura e a economia. In: CRÉDITO à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

KURZ, R. *A estética da modernização: da cisão à integração negativa da arte*. In: COM TODO vapor ao colapso. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRj, 2011.

_____. **O Capital**: Crítica da economia política. Tomo 1, v. 1 São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

_____. **Notas de aula – curso**: Tópicos especiais sobre a crise. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social (PPGSS/ESS) – UFRJ, 2012.2.

_____. **Notas de aula – curso**: Seminário de tese. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social (PPGSS/ESS). 2013.

_____. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3., Serpa, 30-31 oct. 1º nov. 2010. **Anais...** Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>.

POSTONE, Moishe. Repensar a crítica de Marx do capitalismo. In: TEMPO, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (pp. 15 – 21/ 276 – 294).